

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E
REGIÃO LTDA****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)****1) Contexto Operacional**

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA - SICOOB CREDIPAR, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/03/1991, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIPAR possui 11 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BARROLÂNDIA - TO, PIUM - TO, MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS - TO, MIRANORTE - TO, DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS - TO, DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS - TO, CRISTALÂNDIA - TO, GURUPI - TO, PALMAS - TO, ARAGUAÍNA - TO, PORTO NACIONAL - TO.

O SICOOB CREDIPAR tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

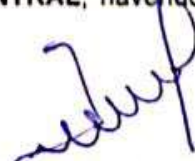
- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

A partir de 01/09/2019 a contabilidade da singular foi centralizada na COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL, havendo a partir dessa data



transferência de responsabilidade técnica, conforme termo assinado pela administração e os responsáveis anterior e atual.

3) Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial

ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2019 foram feitas reavaliação dos bens não de uso próprio havendo indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.


t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2019.

4) Caixa e equivalente de caixa



O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	3.754.619,41	2.409.696,81
Aplicações interfinanceiras de liquidez	27.294.208,64	4.925.165,49
Relações interfinanceiras - centralização financeira	28.746.318,21	65.430.571,17
TOTAL	59.795.146,26	72.765.433,47

5) Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	28.746.318,21	-	65.430.571,17	-
TOTAL	28.746.318,21	-	65.430.571,17	-

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 2.944.739,00 (dois milhões novecentos e quarenta quatro mil, setecentos e trinta nove reais) e R\$ 3.740.486,20 (três milhões setecentos e quarenta mil, quatrocentos e oitenta seis reais e vinte centavos), com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.

6) Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	34.898.602,55	22.986.226,72	57.884.829,27	70.551.384,72
Financiamentos	5.270.101,69	9.414.695,83	14.684.797,52	11.155.805,52
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	15.970.321,36	19.696.758,87	35.667.080,23	34.217.965,48
Total de Operações de Crédito	56.139.025,60	52.097.681,42	108.236.707,02	115.925.155,72
(-) Provisões para Operações de Crédito	(8.169.622,89)	(6.138.793,58)	(14.308.416,47)	(18.512.393,61)
TOTAL	47.969.402,71	45.958.887,84	93.928.290,55	97.412.762,11

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
A 0,5% Normal	10.700.878,18	4.049.404,77	13.135.163,07	27.885.448,02	(139.427,23)	27.546.511,42	(137.732,56)
B 1% Normal	12.327.785,79	3.863.282,48	10.652.939,75	26.844.008,02	(268.440,08)	35.304.455,44	(353.045,59)
B 1% Vencidas	64.296,67	232.891,08	28.772,59	325.960,34	(3.259,60)	1.137.765,68	(11.377,66)
C 3% Normal	10.332.894,79	3.382.710,44	6.295.239,87	20.010.845,10	(600.321,35)	19.320.337,94	(579.610,14)
C 3% Vencidas	3.568.347,71	396.774,81	-	3.965.122,52	(118.953,68)	858.627,12	(25.758,81)
D 10% Normal	4.371.920,14	1.290.637,98	2.593.792,88	8.256.351,00	(825.635,10)	6.198.709,87	(619.870,99)
D 10% Vencidas	1.003.188,88	76.199,12	83.853,03	1.163.241,03	(116.324,10)	1.465.867,62	(146.586,76)
E 30% Normal	1.896.012,31	316.781,95	1.106.673,92	3.319.468,18	(995.840,45)	1.875.076,98	(562.523,09)
E 30% Vencidas	862.590,04	98.404,56	37.238,33	998.232,93	(299.469,88)	1.043.017,71	(312.905,31)
F 50% Normal	1.340.017,67	67.796,28	133.023,97	1.540.837,92	(770.418,96)	3.336.302,27	(1.668.151,14)
F 50% Vencidas	1.254.860,87	91.487,23	-	1.346.348,10	(673.174,05)	7.076.467,70	(3.538.233,85)
G 70% Normal	2.842.115,31	2.261,03	359.731,34	3.204.107,68	(2.242.875,38)	314.140,89	(219.898,62)
G 70% Vencidas	949.309,73	50.090,45	-	999.400,18	(699.580,13)	370.586,64	(259.410,65)
H 100% Normal	4.819.894,77	159.548,18	250.402,75	5.229.845,70	(5.229.845,70)	5.011.323,64	(5.011.323,64)

H 100% Vencidas	603.338,11	224.172,40	497.335,27	1.324.845,78	(1.324.845,78)	5.065.964,80	(5.065.964,80)
Total Normal	49.578.897,26	13.514.777,87	35.019.881,01	98.113.556,14	(11.072.809,25)	98.906.858,45	(9.152.155,77)
Total Vencidos	8.305.932,01	1.170.019,65	647.199,22	10.123.150,88	(3.235.607,22)	17.018.297,27	(9.360.237,84)
Total Geral	57.884.829,27	14.684.797,52	35.667.080,23	108.236.707,02	(14.308.416,47)	115.925.155,72	(18.512.393,61)
Provisões	(11.334.224,52)	(935.841,50)	(2.038.350,45)	(14.308.416,47)		(18.512.393,61)	
Total Líquido	46.550.604,75	13.748.956,02	33.628.729,78	93.928.290,55		97.412.762,11	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	20.574.561,09	14.324.041,46	22.986.226,72	57.884.829,27
Financiamentos	1.626.007,31	3.644.094,38	9.414.695,83	14.684.797,52
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	5.227.483,95	10.742.837,41	19.696.758,87	35.667.080,23
TOTAL	27.428.052,35	28.710.973,25	52.097.681,42	108.236.707,02

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	7.105.639,34	1.706.383,96	-	8.812.023,30	8,14%
Setor Privado - Indústria	11.328,35	73.824,39	-	85.152,74	0,08%
Setor Privado - Serviços	13.401.452,19	4.678.271,30	-	18.079.723,49	16,70%
Pessoa Física	37.358.325,08	8.226.317,87	35.667.080,23	81.251.723,18	75,07%
Outros	8.084,31	-	-	8.084,31	0,01%
TOTAL	57.884.829,27	14.684.797,52	35.667.080,23	108.236.707,02	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	18.512.393,00	9.547.909,00
Constituições	22.556.695,86	23.403.496,00
Reversões	(17.842.659,43)	(5.255.643,00)
Transferência para prejuízo	(8.918.012,96)	(9.183.369,00)
TOTAL	14.308.416,47	18.512.393,00

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maiores Devedor	1.832.265,81	2,00%	2.815.643,68	2,00%
10 Maiores Devedores	9.845.435,93	9,00%	12.102.603,00	10,00%
50 Maiores Devedores	27.163.102,23	25,00%	33.344.750,36	29,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	10.015.500,45	6.087.774,00
Valor das Operações Transferidas no Período	9.014.953,33	9.183.369,45
Valor das Operações recuperadas no período	(1.756.904,82)	(5.255.643,00)

TOTAL	17.273.548,96	10.015.500,45
--------------	---------------	---------------

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 13.998.420,45** (treze milhões novecentos e noventa oito mil quatrocentos e vinte reais e quarenta cinco centavos), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores. (a)

7) Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	277.705,18	123.343,76
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber	55.537,32	41.616,66
Outras rendas a receber	4.430,84	1.085,73
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	14.770,60	20.757,83
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	21.870,58	161.606,09
Impostos e contribuições a compensar (b)	131.970,02	31.876,31
Imposto de renda a recuperar	-	1.917,49
Pagamentos a ressarcir	43.268,97	-
Títulos e créditos a receber	11.105,87	9.288,88
Devedores diversos – país (c)	195.145,87	109.925,52
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (d)	(185.963,48)	(86.448,65)
TOTAL	569.841,77	414.969,62

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de IRPJ/CSLL do exercício 2018 a compensar.

(c) Refere-se a diferença de caixas, pendências a regularizar até o final de 30/06/2020.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Avais e Fianças Honrados	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
E	30%	Normal	33.267,32	(9.980,20)	14.481,97	(4.344,60)
E	30%	Vencidas	51.833,59	(15.550,08)	18.901,74	(5.670,52)
F	50%	Normal	-	-	956,86	(478,43)
F	50%	Vencidas	18.107,37	(9.053,69)	3.437,15	(1.718,58)
G	70%	Normal	23.435,82	(16.405,07)	-	-
G	70%	Vencidas	53.622,20	(37.535,54)	37.765,06	(26.435,54)
H	100%	Normal	-	-	10.008,89	(10.008,89)
H	100%	Vencidas	97.438,88	(97.438,88)	37.792,09	(37.792,09)

Total Normal	56.703,14	(28.385,27)	25.447,72	(14.831,92)
Total Vencidos	221.002,04	(159.578,19)	97.895,04	(71.616,73)
Total Geral	277.705,18	(185.963,46)	123.343,76	(86.448,65)
Provisões	(185.963,45)		(86.448,65)	
Total Líquido	91.741,73		36.895,12	

8) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio	12.665.161,94	662.000,00
Despesas Antecipadas	761.005,35	100.822,27
(Provisões para Desvalorizações)	(195.016,89)	-
TOTAL	13.231.150,40	762.822,27

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

9) Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	4.422.903,74	3.694.538,87
Participações inst financ controlada coop crédito	2.476.828,23	2.476.828,23
TOTAL	6.899.731,97	6.171.367,10

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCOOB.

10) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso		190.822,69	187.715,02
Terrenos		512.755,54	332.755,54
Edificações	4%	219.892,37	219.892,37
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(136.178,67)	(127.919,07)
Instalações	10%	1.329.167,09	956.973,32
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(662.250,06)	(545.439,00)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.177.219,29	834.800,54
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(433.574,61)	(342.343,74)
Sistema de Comunicação	20%	30.838,06	27.388,06
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.231.132,10	1.397.176,26
Sistema de Segurança	10%	570.325,57	538.062,57
Sistema de Transporte	20%	226.654,59	221.512,59
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.574.761,81)	(1.250.147,13)
TOTAL		4.682.040,15	2.430.425,33



(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11) Depósitos e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	47.443.344,26		48.165.624,46	
Depósito a Prazo	52.847.135,44	0,36	63.215.659,91	0,47
TOTAL	100.290.479,70		111.381.284,37	

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Letras de Crédito do Agronegócio	3.057.404,37	0,32	3.494.410,31	0,53
TOTAL	3.057.404,37		3.494.410,31	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	7.212.149,58	7,00%	6.816.379,74	6,00%
10 Maiores Depositantes	17.326.399,66	17,00%	24.369.933,28	22,00%
50 Maiores Depositantes	37.242.291,55	37,00%	49.465.386,97	45,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.471.819,21)	(3.502.036,35)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(166.671,32)	(182.113,58)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(55.741,51)	-
TOTAL	(3.694.232,04)	(3.684.149,93)

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2019	Taxa média	2018	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(166.671,32)	0,32	(182.113,58)	0,42

As captações remuneradas incluem, ainda, as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA's), que são remuneradas com base na variação do CDI e cujos recursos captados são direcionados para operações de crédito rural.

12) Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos



São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019		31/12/2018	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central			979.971,21	-	1.120.478,27	-
Recursos do Bancoob			13.262.178,91	16.989.068,89	28.668.384,61	-
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(610.973,01)	(1.933.847,19)	(2.150.375,35)	-
TOTAL			13.631.177,11	15.055.221,70	27.638.487,53	-

13) Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ordens de Pagamento	4.286.162,12	-	1.735.000,00	-
TOTAL	4.286.162,12	-	1.735.000,00	-

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

14) Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	41.642,65	-	67.338,84	-
Sociais e Estatutárias	58.267,04	-	453.169,07	-
Fiscais e Previdenciárias	395.147,61	-	274.584,59	-
Diversas	2.601.999,47	53.086,84	2.123.857,75	-
TOTAL	3.097.056,77	53.086,84	2.918.950,25	-

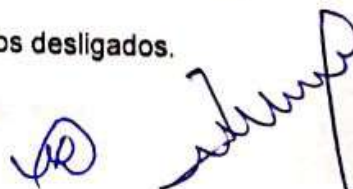
14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados	9.621,64	-
Resultado de Atos com não Associados	-	385.271,83
Cotas de Capital a Pagar	48.645,40	67.897,24
TOTAL	58.267,04	453.169,07

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias



As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	49.796,88	31.840,37
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	10.124,34	13.620,24
Impostos e Contribuições sobre Salários	253.128,05	202.796,98
Outros	82.098,34	26.327,00
TOTAL	395.147,61	274.584,59

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	7.001,90	-	104.747,04	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (a)	240.841,57	-	296.838,15	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	1.107.086,09	-	787.541,45	-
Provisão para Passivos Contingentes	53.086,84	-	-	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	250.989,72	19.742,94	130.833,33	20.040,76
Recursos de Garantias Realizadas	-	-	86,32	-
Credores Diversos – País (d)	897.265,64	-	661.461,10	-
Inst. Híbrido Cap. e Div. Eleg. a Cap. Ant. à Res. 4192	79.071,61	-	122.309,60	-
TOTAL	2.635.343,37	19.742,94	2.103.816,99	20.040,76

(a) Refere-se ao saldo de conta salário disponível para saque a realizar-se até o final do exercício de 2020.

(b) Referem-se à provisão para pagamentos de despesas de pessoal e administrativas.

(c) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro/2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 7.379.373,52 (R\$ 5.579.790,93 em 31/12/2018) referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Refere-se a pagamentos a processar de fornecedores, pendências passivas a regularizar até 30/06/2020, cheque depositados em trânsito.

15) Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	41.556.540,30	38.068.411,83
Associados	8.233	7.419

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.



c) Reserva de Fundo de Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para aumento de capital, rateado na forma do artigo 27, inciso I, do Estatuto Social, e incorporados às respectivas contas, sendo as frações de quotas partes imediatamente transferidas ao Fundo de Reserva.

d) Ajustes de Exercícios Anteriores

O montante de ajuste exercício anteriores foi de R\$ 129.757,17, estorno de provisões IRPJ/CSLL do exercício 2018, bem como recuperação de rateio de perdas.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

f) Perdas Rateadas

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em **24/06/2019**, foi deliberado o rateio entre os associados das perdas apuradas pela cooperativa, no montante total de R\$ 5.404.465,61, relativas aos exercícios de 2018, será utilizado o saldo do fundo de reserva no valor de R\$ 3.082.468,69, o saldo 2.201.375,32, já estornados as provisões indevidas de IRPJ/CSLL, serão divididas em 4 parcelas de R\$ 550.343,83, e deduzidas das sobras futuras 2019, 2020, 2021 e 2022.

16) Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 1.777.928,63, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

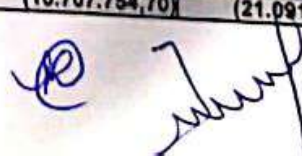
17) Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	459.915,29	385.801,61
Rendas de Empréstimos	14.545.721,53	15.354.767,28
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.501.041,34	1.313.557,84
Rendas de Financiamentos	2.080.009,87	1.871.245,41
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	3.395.369,09	2.810.426,14
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.986.577,81	3.091.564,45
TOTAL	23.968.634,93	24.827.362,73

18) Despesas de Intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(3.694.232,04)	(3.684.149,93)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.094.369,15)	(1.836.393,57)
Provisões para Operações de Crédito	(4.919.153,51)	(15.571.275,78)
TOTAL	(10.707.754,70)	(21.091.819,28)

12/19



19) Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	1.349.690,05	1.172.661,95
Rendas de Serviços de Custódia	964,06	-
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	2.316.551,40	1.548.230,78
TOTAL	3.667.205,51	2.720.892,71

20) Rendas de tarifas bancárias

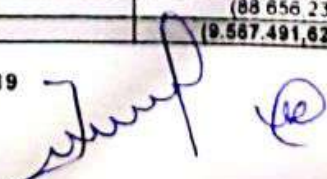
Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	119,00	-
Rendas de Serviços Prioritários - PF	430.525,99	394.232,07
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	124,00	-
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	729.519,54	695.800,32
TOTAL	1.160.288,53	1.090.032,39

21) Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(63.935,08)	(62.803,83)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(882.866,33)	(870.908,13)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.591.066,84)	(1.340.504,92)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.567.612,89)	(1.545.118,08)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.061.060,92)	(3.633.421,56)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(189.926,40)	(187.777,44)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(48.958,66)	(42.018,07)
TOTAL	(8.405.427,12)	(7.682.552,03)

22) Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(402.640,52)	(369.218,84)
Despesas de Aluguéis	(753.769,75)	(538.035,18)
Despesas de Comunicações	(451.279,43)	(395.937,14)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(139.627,87)	(132.229,00)
Despesas de Material	(169.935,21)	(119.384,28)
Despesas de Processamento de Dados	(1.200.557,83)	(1.012.185,42)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(582.322,33)	(617.721,93)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(187.560,79)	(172.632,30)
Despesas de Publicações	(15.350,00)	(4.500,00)
Despesas de Seguros	(166.450,44)	(152.854,80)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.596.930,78)	(1.264.044,25)
Despesas de Serviços de Terceiros	(371.920,28)	(298.014,92)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(327.410,04)	(315.381,23)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(254.288,98)	(207.476,43)
Despesas de Transporte	(698.100,24)	(758.518,37)
Despesas de Viagem ao Exterior	(3.598,83)	-
Despesas de Viagem no País	(93.468,80)	(81.144,58)
Despesas de Amortização	(350.792,69)	(383.825,82)
Despesas de Depreciação	(547.586,21)	(350.151,04)
Outras Despesas Administrativas	(924.537,26)	(403.473,97)
Emolumentos judiciais e cartorários	(102.785,13)	(7.438,01)
Contribuição a OCE	(8.119,50)	(5.362,50)
Rateio de despesas da Central	(131.804,70)	(418.676,88)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(88.656,23)	-
TOTAL	(9.587.491,62)	(8.008.202,87)



23) Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	31.951,21	412.764,33
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	346.573,07	-
Dividendos	350.872,08	389.012,83
Deduções e abatimentos	2.474,97	0,15
Atualização depósitos judiciais	1.173,94	-
Rendas de repasses Delcredere	18.999,42	12.325,65
Outras rendas operacionais	235.981,10	5.910,94
Rendas oriundas de cartões de crédito	900.657,44	373.137,52
Ingressos de depósitos intercooperativos	2.944.739,00	3.740.486,20
TOTAL	4.833.422,23	4.933.637,62

24) Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(54.571,24)	(244.401,65)
Despesas de Provisões Passivas	(451.964,52)	(72.421,95)
Outras Despesas Operacionais	(1.263.817,29)	(498.882,01)
Descontos concedidos - operações de crédito	(525.709,74)	(206.098,51)
Cancelamento - tarifas pendentes	(21.425,41)	(13.285,12)
TOTAL	(2.317.488,20)	(1.035.089,24)

25) Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	8.286,00	25.897,00
Ganhos de Capital	13.115,40	11.477,62
Ganhos de Aluguéis	15.064,52	6.478,54
Reversão de Provisões não Operacionais	-	12.175,10
(-) Perdas de Capital	(62.078,14)	(30.477,77)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(346.570,02)	(456.587,22)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(2.916,51)	-
Resultado Líquido	(375.098,75)	(431.036,73)

26) Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2019>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	5.759.341,60	2,7142%	116.701,67
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	764.187,90	0,3601%	98.924,31
TOTAL	6.523.529,50	3,0743%	215.625,98
Montante das Operações Passivas	641.042,91	0,5168%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	54.232,32	5.322,21	2,6014%
Conta Garantida	108.573,28	1.000,79	6,1215%
Crédito Rural	984.912,75	70.211,44	2,7614%
Empréstimo	1.225.957,38	151.821,98	2,5536%
Financiamento	294.833,01	13.536,94	2,0077%
Títulos Descontados	115.218,50	228,47	1,9146%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	241.594,51	0,5133%	0%
Depósitos a Prazo	450.500,54	0,8058%	0,3513%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	2,1718%
Empréstimos	1,8578%
Financiamento	1,2143%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,8517%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,5626%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,5584%
Crédito Rural (modalidades)	0,4671%
Aplicações Financeiras	0,5168%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	
Crédito Rural	325.320,01
Empréstimo	1.671.258,35
Financiamento	3.130.658,65
	1.019.785,60

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:



2019	286.946,54	2018	751.202,37
------	------------	------	------------

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(63.935,08)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(882.866,33)
Encargos Sociais	(178.933,17)

27) Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA - SICOOB CREDIPAR**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDIPAR** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

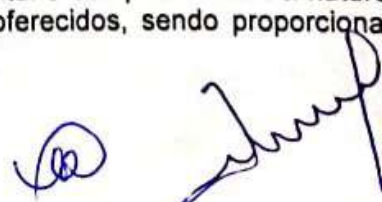
Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

28) Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.



Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29) Seguros contratados – Não auditado

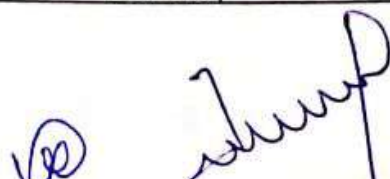
A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30) Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2019	2018
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	32.922.690,23	27.183.037,87
RWA-S5	15.436.923,56	13.093.408,59
ÍNDICE DE BASILÉIA	25,59%	24,91%

31) Provisão para demandas judiciais



É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	28.086,84	-	-	-
Cíveis	25.000,00	-	-	-
TOTAL	53.086,84	-	-	-

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDIPAR**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 57.600,00 (cinquenta sete mil e seiscentos reais). Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas ou cíveis acerca das principais características das ações, quando relevantes.

32) Benefícios a empregados


A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade previdência privada, com participação de 50% do percentual sobre folha, limitando a 3%. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1,5% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de previdência complementar totalizaram R\$ 18.347,85 (Dezoito mil trezentos e quarenta sete reais e oitenta cinco centavos).



Júlio César Galvão
Diretor Administrativo



Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6